

O episódio do cavaleiro traidor do *Lancelot en prose*: um projeto ideológico

The Episode of the Traitor Knight in *Lancelot in prose*:
an Ideological Purpose

Eduarda Rabaçal
(Universidade do Porto)

RESUMO

O episódio do cavaleiro traidor, que se encontra no início do *Lancelot en prose*, apresenta um quadro social que sugere já os temas e constructos narrativos que iremos encontrar ao longo de todo o ciclo em prosa, com exceção da matéria do Graal. Dedicou-se, por isso, este estudo a analisar os traços que fazem deste episódio uma representação do projeto ideológico do romance arturiano em prosa.

PALAVRAS-CHAVE

Romance arturiano, cavalaria no romance arturiano, adultério

ABSTRACT

The episode of the treasonable knight, which can be found at the beginning of *Lancelot en prose*, presents a social framework that suggests in advance the themes and narrative construction that we are to find throughout the prose cycle, with the exception of the matter of the Grail. Therefore, the present study aims to clarify the features that make this episode a representation of the ideological project of the Arthurian prose romance.

KEYWORDS

Arthurian romance, chivalry in the Arthurian romance, adultery

Rebut: 11/02/2016

Acceptat: 9/05/2016

O romance arturiano impõe-se em França, na segunda metade do século XII, com os poemas de Chrétien de Troyes, entre os quais se conta o *Lancelot* ou *le chevalier de la charrette*, onde são narradas as aventuras de um cavaleiro que procura salvar a rainha que tinha sido raptada. Porém, apesar da inegável centralidade do jovem cavaleiro nesta narrativa, nada nos é dito acerca da sua identidade, origem ou devir, o que nos parece ser um dos principais motivos que levam a uma posterior amplificação da obra. No início do século XIII, é redigido o *Lancelot en prose* onde se procura dotar o cavaleiro de uma extensa biografia, num registo quase historiográfico facilitado pelo uso da prosa. No entanto, a história desta narrativa não se fica por aqui.

Cerca de 1215-1225 são redigidas outras obras que se vão juntar a uma versão aumentada do *Lancelot*, no qual se integra já a matéria do Graal¹. Este «ciclo», como veio a ser designado nos nossos dias, terá acrescentado àquele romance a *Estoire del Saint Graal* e o *Merlin*, por um lado, e a *Queste del Saint Graal* seguida de uma redação da *Mort Artu*, por outro, romances com os quais a narrativa atingia o seu ponto terminal. Embora não seja fácil entender o processo de gestação de uma configuração diegética tão vasta e complexa, é particularmente relevante para a receção ibérica destes textos uma nova modificação e expansão deste ciclo, ocorrida cerca de 1230, dando origem ao ciclo do Pseudo-Boron, que para além das obras referidas, incluirá ainda a *Suite du Merlin*, o *Tristan en prose* e uma *Queste del Saint Graal/Mort Artu* que integra matéria tristaniana, sendo do consenso geral que estas obras circularam pela Europa, incluindo a Península Ibérica, quer na versão original, quer sob a forma de traduções².

Estas questões, longe de constituírem meros detalhes filológicos, têm implicações no modo como se entende a narrativa, sobretudo se houver a preocupação de identificar os efeitos de leitura provocados nos recetores da época. Nesse contexto, é particularmente relevante o quadro social traçado, onde avulta o rei Artur, figura inamovível da monarquia, do qual todos os cavaleiros, dos mais humildes aos mais poderosos, são vassallos, e em nome do qual realizam proezas que possam trazer mérito e reconhecimento à corte. Ainda que esquemático, este quadro traduz um mundo regido por laços feudais e vassálicos que a literatura arturiana da baixa Idade Média tende a generalizar, embora sem omitir que esse mundo era instável e percorrido por conflitos insanáveis. Um desses conflitos era o que opunha realeza a cavalaria, já que é manifesto que ambas as instituições partilhavam as mesmas funções no imaginário social da época: o uso da força e o exercício da justiça³.

1. Em torno da questão central dos ritmos e processos de constituição da matéria narrativa, terçaram armas nomes sonantes da filologia românica como Gaston Paris, Edward Wechsler, Ferdinand Lot, Oskar Sommer, Albert Pauphilet, Jean Frappier e tantos outros que não devem ser omitidos. Problemas gerais, como o grau de unidade da matéria narrativa do «ciclo do Lancelot-Graal» [designação genérica adoptada por Ferdinand Lot], ou específicos, como a posição relativa da *Estoire del Saint Graal* e da *Queste del Saint Graal*, estão ainda hoje longe de suscitar soluções consensuais, sobretudo após os contributos de Elspeth Kennedy [1986] e de Jean-Paul Ponceau [1997]. Para um ponto da situação recente sobre esta problemática, consultar Carol Chase [2009].

2. No que concerne a constituição do ciclo que circulou na Península Ibérica, a crítica diverge, advogando Fanni Bogdanow [1965] a inexistência de um *Lancelot* ibérico enquanto parte do ciclo, sendo este apenas constituído pela trilogia *Estoire del Saint Graal*, *Merlin* [seguido da *Suite du Merlin*, que inclui, por sua vez, a chamada *Folie Lancelot*] e a *Demanda do Santo Graal*. Esta posição foi há mais de vinte anos posta em causa por José Carlos Ribeiro Miranda [1988a e 1998b], que defendeu a presença, no centro e ocidente da Península Ibérica, de um ciclo na sua versão expandida, que incluiria um romance de *Lancelot* e um outro de *Tristan*, posição esta também defendida por Ana Sofia Laranjinha [2010], que mostrou como as fases de redacção do *Tristan en prose* se combinam com a progressão do ciclo, e ainda por Isabel Correia [2015], que confirmou ter o Lançarote do manuscrito 9611 da Biblioteca Nacional de Espanha inegáveis conexões cíclicas com os restantes romances da mencionada trilogia.

3. Sobre o assunto, ver Kennedy [1957]; Flori [2001].

Em seu favor, a cavalaria terá a construção da ideia de linhagem, que culminará na «linhagem escolhida» da qual Lancelot virá a ser um dos mais proeminentes membros. Nascida, na *Estória do Santo Graal*, após a ação do cavaleiro branco em favor de Nascien⁴, o mesmo cavaleiro que terá o privilégio de contemplar o Graal, esta linhagem estender-se-á não apenas até Lancelot, mas sobretudo a Galaaz, considerado o mais perfeito⁵. Este último, todavia, só surgirá em cena porque o seu pai se deixou enredar nas teias do serviço prestado à rainha Guenièvre, a mulher do rei, à qual vem a devotar o fundamental da sua existência cavaleiresca, numa relação adúltera que se arrastará ao longo de toda a sua biografia. Depressa a lealdade para com o rei, por um lado, e as expectativas criadas em torno da representação da linhagem santa, por outro, virão a colidir, sendo em torno desse conflito que se vai organizar o ciclo de romances em prosa⁶.

É neste contexto que nos chamou particular atenção aquele que designamos como episódio do cavaleiro adúltero⁷, pela sua peculiaridade e por se apresentar como o primeiro momento da narrativa em que são abordados temas como o adultério e a tensão existente entre os dois grupos predominantes: realeza e cavalaria.

O *Lancelot* tem início com a guerra entre o rei Ban de Benoic, pai de Lancelot, e Claudas, vassalo do rei da Gaula, que levará à morte do primeiro. Lancelot é, então, resgatado pela Dama do Lago, com quem vive em paz até aos 18 anos. É nesta altura que informa a mulher que o criou como filho da sua intenção de integrar a cavalaria, assumindo neste passo grande importância o discurso da dama sobre os valores daquela instituição e dos quais salientamos aqui a justiça, a proteção da Santa Igreja e o dever de temer mais a desonra do que a morte⁸. Cumprindo o seu desejo, Lancelot dirige-se, então, para a corte do rei Artur, acompanhado pela Dama do Lago, para ser armado cavaleiro. É nesta visita que o jovem tem o primeiro contacto com a rainha Guenièvre, que o fascina com a sua beleza, mas é a sua impetuosidade e o desejo de ganhar mérito pela aventura que o levam a abandonar a corte ainda antes de terminada a cerimónia de imposição de armas. O seu intuito será vingar a honra de um cavaleiro ferido que aparecera, entretanto, na corte, mas serão muitas as aventuras em que Lancelot se lança e das quais sai vitorioso.

Após a conquista da Douloreuse Garde e a libertação de Gauvain, Lancelot parte novamente à aventura. Pelo caminho, encontra um grupo bastante numeroso de homens, a pé e a cavalo, destacando-se um dos que se encontram a cavalo como se fosse líder dos demais⁹. No fim do aglomerado de gente, seguia um outro homem preso pelo pescoço, descalço, com as mãos amarradas e olhos vendados; pendurada pelos cabelos ao seu pescoço encontrava-se ainda a cabeça de uma mulher. Lancelot, aqui identificado como «o cavaleiro branco», questiona o condenado sobre a sua identidade e a razão da sua condenação. O discurso de Lancelot aproxima-se daquilo que entendemos como uma parte do código de honra da cavalaria, ao afirmar que não é próprio de um cavaleiro fazer mal a outro. Contudo, aquele que leva o prisioneiro afirma que não tem nada que provar em corte alguma a não ser na sua, pois aquele cavaleiro tivera uma relação adúltera com a

4. Ver *Estoire del Saint Graal*, ed. Ponceau [1987], I, pp. 128-129; *Estória do Santo Graal*, ed. Miranda et al [2016], p. 85.

5. “...au premier home du precieus lignaige et au daerrain ai jou devise a demoustrer mes mervelles”, ESG, ed. Ponceau, I, p. 168; «Ao primeiro e ao derradeiro do precioso linhagem mostrarei eu as minhas maravilhas», ESG-LJA, ed. Miranda et al, p. 105.

6. Sobre o assunto, ver Miranda [1998a]; Laranjinha [2011]. Ver ainda Ferlampin-Acher/ Hüe [2007] e Aurell [2007: 318-366].

7. Ver *Lancelot du Lac*, ed. Mosès, pp. 596-600. Salvo indicação em contrário, o *Lancelot en prose* será sempre citado, ao longo do presente estudo, de acordo com a edição agora referida, realizada por François Mosès [2012] a partir do ms. 768BNF, já editado por Elspeth Kennedy [1980], que narra a matéria da versão não cíclica do *Lancelot en prose*, também reproduzida na versão cíclica.

8. Ver *Lancelot du Lac*, Mosès [ed.], T. I, pp. 399-409.

9. Ver transcrição deste episódio no Anexo I.

sua mulher. A referência à existência de uma corte indica-nos que o cavaleiro traído é na verdade um senhor, com posses, certamente alguém poderoso. Consequentemente, quer o cavaleiro, quer a mulher do senhor mereciam um castigo, pelo que aquele, já feito prisioneiro e a caminho da execução, levava presa ao pescoço pelos cabelos a cabeça da mulher com quem mantivera uma relação íntima.

Esta condenação dos amantes que incorreram numa relação ilícita, pautada pela traição para com o senhor, não pode passar despercebida, pelo que nos parece que este breve episódio se afirma na narrativa como um aviso, ou prenúncio, da futura relação adúltera entre Lancelot e Guenièvre e da sua posição na narrativa, até porque as variáveis são efetivamente semelhantes: um triângulo amoroso constituído pelo senhor/rei, a mulher do senhor/rainha e o cavaleiro.

Curiosa parece-nos a posição de Lancelot, o ‘Blans Chevaliers’, que opta pela defesa do cavaleiro adúltero, e a atitude do próprio cavaleiro acusado, que afirma não ter ofendido o senhor. Lancelot apoia esta decisão no facto de o cavaleiro dever ser levado à justiça da corte do rei Artur para ser julgado. Não tendo este argumento surtido efeito, pois o senhor parecia cego pelo desejo de vingança, Lancelot não desiste e afirma que ele não deve fazer justiça pelas próprias mãos, pois o prisioneiro é cavaleiro da rainha. Por fim, dado que este último argumento parece também não provocar qualquer alteração na postura do senhor, Lancelot afirma que ele mesmo protegerá o prisioneiro e matará quem o atacar. Estas ameaças são finalmente tidas em conta pelo senhor e pelos que o acompanham; Lancelot liberta o cavaleiro e partem juntos. O cavaleiro acaba por se separar de seguida de Lancelot para ir à corte contar as novas à rainha Guenièvre, que se alegra com os feitos do filho do rei Ban.

A não condenação imediata do cavaleiro por parte de Lancelot, como que pressupondo que a sua traição, ao envolver-se com a mulher do senhor, teria alguma razão que o pudesse desculpar, se levado e julgado noutra local, parece bastante ostensiva. Torna-se claro que os valores que ditam as ações de Lancelot são os que servem a ordem da cavalaria, sendo evidente que a vida do cavaleiro se sobrepõe à honra do senhor, naquilo que podemos considerar uma clara reivindicação dos direitos da cavalaria.

Reiterando esta posição de Lancelot, o próprio cavaleiro considera não ter ofendido de modo algum o suserano, apesar de o senhor o acusar de “traîtres et desloiaus” e de ter “chevalerie renoié”. Embora as razões para esta afirmação do cavaleiro não sejam claras, e dado que o cavaleiro não nega o seu envolvimento com a mulher do outro e sim apenas ter ofendido o senhor, esta poderá ser a prova irrefutável de uma ligação simbiótica entre o senhor e o cavaleiro que, do ponto de vista deste último, justifica que a sua ação não possa ser condenada. Tal como veremos mais adiante, aquando da concretização da relação amorosa entre Lancelot e a rainha Guenièvre, esta relação adúltera entre a mulher do senhor e o cavaleiro poderá ser um mal necessário em nome de um bem maior, visto que constituirá o que mantém o cavaleiro ao serviço do senhor e evita o seu abandono da corte¹⁰.

10. Recorde-se que este é um comportamento comum já em narrativas anteriores, em que se exigia que a mulher do senhor usasse os seus encantos para manter os aliados de maior interesse ao lado do seu marido e senhor. A título de exemplo sugerimos a antiga narrativa irlandesa referente à relação ilícita de Fergus mac Róich com a rainha Medb, casada com Ailill mac Máta. Após Fergus ter conseguido vários feitos de valor para Ailill, este decide matá-lo por causa da sua traição, não condenando, contudo, a postura de Medb. Sobre o assunto, ver Meyer [1906: 32-35] Em última análise, seguindo Miranda, esta função da mulher do chefe guerreiro como elo de ligação deste aos seus dependentes tem raízes mais fundas – «...mais do que nos actos de alimentar e armar, o senhor mostra a sua verdadeira liberalidade ao expor a mulher legítima ao conjunto dos seus dependentes, num ritual que tem, aliás, um profundo simbolismo bem ancorado em tradições muito arcaicas [Miranda 2005: 144] – sendo visível em textos como o *Beowulf* ou *Lai de Graelent*, de Marie de France. Sobre o assunto, ver ainda Marchelo-Nizia [1981].

Está, assim, em causa a relação entre a realeza e a cavalaria, ou a relação vassálica na sua essência, representada neste passo pelo senhor e pelo cavaleiro, sendo evidente a tensão entre os dois mundos.

Um outro aspeto a considerar é a posição atribuída à mulher que parece apontar para a sua total despromoção, não apenas fundamentada no adultério consumado, mas também no facto de esta se encontrar completamente desprovida de poder¹¹. Referimo-nos não apenas à circunstância de a mulher adúltera, dupla da rainha Guenièvre, não poder apresentar a sua defesa, mas também ao momento em que Lancelot apela ao senhor para que liberte o cavaleiro, dado tratar-se de um cavaleiro da rainha, ao que o outro responde que nem pela rainha deixaria de o matar. No nosso entender, a afirmação do senhor remete a mulher/rainha para um papel secundário, em que, perante a gravidade do crime cometido, a sua palavra e o seu estatuto de nada servem, mostrando, desde já, com clareza que este universo em que as personagens se movimentam é regido por homens e que a mulher é apenas um objeto de solicitação por parte destes.

É, portanto, com surpresa que verificamos que apesar das acusações e condenações de que é alvo ao longo do ciclo, Guenièvre escapa sempre ilesa. Recordemos, por exemplo, o episódio da “Fausse Guenièvre”, em que é posta em causa a veracidade da identidade daquela que ocupa o lugar de rainha, resultando isso numa acusação de usurpação de identidade e traição. Quando uma donzela acompanhada de um velho cavaleiro, de nome Bertelac li Vealz, chega à corte com uma carta misteriosa e começa por pôr em causa a justiça e honra de Artu, este pede aos seus clérigos para que a leiam em voz alta. Ficamos, então, a saber que, nela, a damoiselle de Tamelirde acusa Guenièvre de ser uma impostora, e de ter participado no seu rapto, tomando, assim, indevidamente o lugar de rainha. Desse modo, requer que Artu reponha a verdade, tomando a dame de Tamelirde como esposa e repudiando Guenièvre. Com o intuito de pressionar ainda mais o rei, a dame da Tamelirde recorda a Artu o dote que levava para o casamento e que perderia se desse continuidade à sua vida com a rainha contestada. Assim, Artu viu-se obrigado a escolher entre Guenièvre e a Table Reonde: “[...] et vos dona misire li rois le plus noble don en mariage que onques fust doné a roi, ce est la Table Reonde qui est enoree de tanz proudomes.” [LP, T. III: 96].

Quando Lancelot e Galehot chegam à corte, vindos de Sorelois, todos ficam felizes, mas é dado especial relevo às reações da dame de Malehot e de Guenièvre, pois a rainha sabia que ambos a defenderiam na situação em que se encontrava. Este pensamento de Guenièvre estava certo, pois nessa mesma noite Galehot, ao ouvir as notícias do sucedido, veio em socorro da rainha, dizendo que o rei se devia certificar da veracidade das afirmações feitas pela dame de Tarmelide antes de tomar alguma decisão ou fazer algum julgamento. Assim sendo, após o torneio em que Lancelot é ferido por Meleaganz, é chegado o momento de Artu dar uma resposta final à dama que afirma ser a verdadeira rainha, decisão em que Artu tem em conta o direito de Guenièvre a ser julgada, antes da derradeira condenação.

Artu propõe, então, que tenha lugar o julgamento, ao que o cavaleiro que acompanha a falsa Guenièvre replica que a sua senhora terá de pensar se aceita ou não a proposta. Conscientes de que não poderiam ganhar o julgamento, a dame de Tamelirde e Bertelac li Vealz preparam o rapto de Artu para que, sendo prisioneiro da falsa Guenièvre, o rei se apaixone por ela, o que acaba efetivamente por acontecer.

11. Refira-se que, no caso da rainha Guenièvre, esta ausência de poder não é uma característica da personagem enquanto figura institucional, mas antes da rainha adúltera que perde qualquer consideração pelo seu crime. Sobre a evolução desta personagem, ver Marx [1965: 260-269].

Toda esta situação leva Guenièvre a reconhecer a sua relação com Lancelot como um pecado pelo qual está a ser castigada, fazendo adivinhar um certo arrependimento: “[...] si quid bien et croi que ce m’avendra par mon pechié” [LP, T. III: 230]. Contudo, logo de seguida, a rainha desculpa-se, aludindo à força do amor que a impeliu a desviar-se do bom caminho: “Mes la force de l’amor par quoi je ai meserré estoit si granz que mès cuers ne se pot deffendre” [LP, T. III: 230]. Será, todavia, este amor ilícito que garantirá a salvação da rainha, como veremos. Note-se que esta referência ao pecado consta apenas na versão deste episódio que podemos encontrar no *Lancelot en prose* [versão cíclica]. Entende-se esta divergência como uma necessidade de redirecionar a posição do texto relativamente à relação amorosa entre a rainha e o cavaleiro, preparando o surgimento em cena do Graal e a integração no ciclo, ajustamento este já sugerido por Elspeth Kennedy¹² e defendido por José Carlos Miranda¹³.

Já em Tolezebre, Artu reúne com os seus cavaleiros e os de Tamelirde, assumindo a posição de rei e senhor de ambos e, num falso pedido de opinião aos vassalos/aliados, afirma que é evidente que Guenièvre é culpada, alegando que ninguém mais do que os barões de Tamelirde conhecerá a verdade sobre a identidade da rainha, negando-lhe, deste modo, o direito a defender-se, e solicitando apenas conselho no que diz respeito à sentença a aplicar. Ao declarar que aquela que os cavaleiros de Tamelirde escolherem será a nova rainha, Artu não só garante a coroação da dame de Tamelirde, afastando de forma desonrosa e humilhante a rainha Guenièvre, como também assume uma postura de desprezo para com os cavaleiros que o serviram até então.

Este é também um momento crítico para Lancelot, que não aceita perder a sua dama e que mantém a postura do serviço à rainha adotada já no início do romance: o valor da vida do cavaleiro é definido pela correspondência amorosa da senhora. Daí que Lancelot afirme que “si sa dame i muert, il morra.” [LP, T. III: 244], visto que se a rainha morrer, ele perderá a motivação para a realização de proezas e perderá toda a honra e reconhecimento.

Assim, Lancelot e Galehot delinham um plano para salvar a rainha que implica falsear o julgamento feito, ação que se revelaria muito desonrosa no caso de Lancelot, pois, tal como Galehot sabiamente lhe relembra, este é vassalo de Artu, pelo que deve usar de prudência: “mes il conven dra, fet il, qu’il soit fet mult sagement, car vos iestes de la maison le roi et compainz de la Table Reonde: si seriez plus tost blasmez si vos feissiez chose qui encontre le roi alast” [LP, T. III: 246].

Estando novamente todos reunidos, toma a palavra Bertelac li Vealz, cujo breve discurso é bastante ilustrativo da dimensão do crime/pecado de Guenièvre:

“Ascotez, seignors barons de Bretagne, le jugement qui est fet, [par l’asentement mon seignor le roi Artus; et cil jugemens est que] cele qui a esté en sa compaignie contre Deu et en contre raison soit dampnee issi com vos m’orrez deviser, que totes les choses que roine porte en sacrement serront effacies en lui. Et por ce qu’elle a porté la corone contre raison, por ce sera deshonzorez li lius ou la corone seoit: si aura des cheveus trenchiez a tot le quir en tel maniere qu’il parra a toz jorz mes. Et autresi aura trenchié par defors le quir

12. “[...] the treatment of the relationships between the four principal characters directly involved in the love theme, Galehot, Arthur, Lancelot and Guinevere, shows important differences in emphasis and, on occasion, a major change in direction which helps to prepare the way for the very different attitude towards the moral value of Lancelot and Guinevere’s love to be found later in the cycle.” [Kennedy 1986: 257]; “For the first time the adulterous nature of the love of Lancelot and Guinevere and the wrong done to Arthur are brought out clearly in the narrative” [Kennedy 1986: 262]

13. “Nessa reformulação dos rumos da escrita, o aspeto que mais se destaca é, como se sabe, a alteração do modo como é avaliada a relação adúltera entre a rainha Guenièvre e Lancelot, que passa agora a ser inequivocamente condenada, embora a manifestação dessa condenação vá tendo lugar gradualmente ao longo dos muitos fólhos que estavam ainda por escrever.” [Miranda 2012: 307]

des mains por ce qu'il appartient a roine que elle i soit illuec enointe et perdra le cuir des dous pomiaus des faces por miauz estre coneüe. Après s'en istra del pooir mon seignor sanz revenir." [LP, T. III: 248]

A rainha agiu contra Deus, pois não respeitou os laços sagrados do matrimónio, assumindo o papel de legítima esposa de Artu sem o ser, e contra a justiça, pois usufruiu indevidamente da posição de rainha. Como punição deste duplo crime, Bertelac propõe apagar da figura da rainha todos os elementos referentes à cerimónia sagrada da coroação. Recorde-se que Guenièvre é uma rainha que fora ungida, pelo que se considera escolhida por Deus para a função régia que desempenha. Deste modo, o velho cavaleiro propõe que os cabelos lhe sejam cortados de modo a que a marca seja visível na pele como forma de desonrar o local onde transportava a coroa, símbolo da sua posição; receberia também golpes na parte superior das mãos, local onde as rainhas recebem o óleo sagrado, de modo a apagar o reconhecimento divino, e no rosto para ser mais facilmente reconhecida por todos; por fim, seria expulsa do reino.

Esta proposta de punição é, sem dúvida, um ataque deveras violento à figura da rainha, não apenas no que diz respeito ao castigo corporal que receberia, mas sobretudo um ataque ao que ela representava, isto é, a figura régia feminina e o seu legado. Bertelac propõe, deste modo, uma destituição completa e desonrosa da posição régia que Guenièvre ocupava como forma de apagar qualquer vestígio da sua existência. Torna-se, aqui, evidente a ideia, construída ao longo deste episódio, da fragilidade e poder efémero da rainha, cuja imagem parece poder ser facilmente apagada por via de um simples engano, sem que mesmo o rei a defenda. É de referir que, mesmo quando, mais adiante, Artu recua e concorda retirar o castigo a Guenièvre, fá-lo por amor a Lancelot e não à rainha.

Dado que os cavaleiros de Logres não podem compactuar com tamanha injustiça para com a rainha e que, apesar disso, todos devem fidelidade a Artu, estes usam aqui de algum tacto na forma como expressam a sua posição, não desejando colocar a figura do rei em causa de modo explícito: "si li corz le roi n'avoit fait le jugement" [LP, T. III: 248]. Esta salvaguarda dos cavaleiros, que parecem ocultar o conhecimento do que efetivamente se passa para melhor atingir os seus objetivos, denota uma mudança de atitude dos cavaleiros face ao que pudemos presenciar na primeira parte do *Lancelot*, isto é, na matéria coincidente com a narrada no *Lancelot* não cíclico¹⁴.

Quando interpelado pelos cavaleiros de Logres, Artu assume a responsabilidade pelo veredicto, mas não o faz sozinho, pois afirma que o fez em conjunto com os cavaleiros de Tamerlirde. Esta postura do rei não só se assemelha a uma falsa desresponsabilização da sua ação, denotando covardia, como também evidencia a dependência régia relativamente à cavalaria, seja ela qual for, dado que precisa desta não apenas pela sua função guerreira, mas até para legitimar a sua posição num determinado assunto. Artu não é um rei forte, sendo, deste modo, evidente que o seu poder assenta no apoio dos cavaleiros que o servem.

De acordo com o combinado entre Lancelot e Galehot e ao sinal deste último, Lancelot avança, dirigindo a palavra a Artu. O cavaleiro da rainha afirma a sua intenção de desistir da casa de Artu e

14. Tal como refere François Mosès, em nota de rodapé da sua edição: "L'interprétation de ce texte demande un certain nombre de précautions. On pourrait s'étonner de cette réserve, «si le roi n'était pas en cause», alors que les barons savent parfaitement que non seulement «il est en cause», mais qu'il est l'instigateur de ce jugement. L'explication est double. Un vassal ne peut défier son seigneur, à plus forte raison se battre contre lui, tant qu'il est tenu par l'hommage qu'il lui a fait, mais on remarquera aussi que l'auteur de cette partie du *Lancelot* porte à la majesté royale une révérence que l'on ne trouvait pas dans la première partie de l'ouvrage. Le temps n'est plus des caractères indomptables, des «coeurs sans frein», si chers au premier auteur. Le temps des diplomates, sinon des courtisans, est proche" [LP, T. III: 249].

de abandonar a Távola Redonda para assim manifestar a reprovação de toda a situação e declarar o julgamento de Guenièvre [feito por Artu] falso sem ser acusado de traição. A honra da cavalaria da Távola Redonda, dote da rainha, continua, por conseguinte, a salvo.

Deste modo, quando Artu, surpreendido com a posição assumida pelo cavaleiro, o questiona sobre a razão para desejar abandoná-lo, Lancelot afirma publicamente que o julgamento da rainha foi injusto e desleal, pedindo a realização de um combate como forma de o provar¹⁵. Mostrando a sua valentia e o quanto acredita na decisão que tomou, Lancelot propõe mesmo defrontar três cavaleiros de Tamelirde, em vez de um apenas, como seria de esperar¹⁶.

Esta reação de Lancelot, que pretende mostrar pelo exagero a inocência de Guenièvre, não nos é estranha, dado que já antes o cavaleiro da rainha demonstrara a impulsividade que o guiava, sendo apenas impedido por Galehot de cometer algo que o desonrasse. Apesar de esta versão do episódio da ‘Fausse Guenièvre’ ser a que permite dar continuidade ao romance, indiciando já a condenação de que o amor ilícito entre a rainha e o cavaleiro será alvo, as personagens Guenièvre e Lancelot baseiam ainda a sua ação em todo um código cortês assente no serviço de amor, mesmo que neste caso se verifique já o desrespeito pela *mesura*.

A descrição que nos é dada do combate enaltece as qualidades guerreiras do cavaleiro da rainha, servidas pela gradação crescente que verificamos no desfile dos cavaleiros oponentes: se o primeiro foi facilmente derrotado, o segundo já ofereceu um pouco mais de resistência e as qualidades do terceiro acabam mesmo por lhe salvar a vida. Com o intuito de poupar este terceiro cavaleiro que havia provado a sua coragem e qualidade guerreira e sob a orientação de Galehot, Artu acede a libertar Guenièvre, pedindo-lhe que interceda junto de Lancelot para que este não tire a vida ao nobre cavaleiro. Apesar da forma como foi tratada pelo rei, Guenièvre, devido ao seu perfil, não se deixa levar por emoções de vingança. Assim, sem hesitação acede ao pedido de Artu e salva o cavaleiro da morte certa. Esta demonstração da bondade de Guenièvre está apenas presente na versão cíclica; na verdade, na versão não-cíclica, Lancelot mata sem hesitação os três cavaleiros com os quais combate para provar a inocência da rainha:

“Et mout s’abandone li chevaliers comme cil cui il ne chaut de sa vie, car bien voit que il ne la puet sauver ne garantir. Et an la fin l’ocist Lanceloz autresin com il avoit fait les deus autres.” [LP, T. II: 666]

Assim, não há aqui lugar para a ação de Guenièvre, que se limita a retomar o seu lugar, demonstrando uma grande alegria – “Et la reine est tant liee que de nul anui qu’ele ait eü ça en arrieres ne li sovient.” [LP, T. II: 672]. Isto traduz-se, entre outros aspetos, num eterno agradecimento a Lancelot – “Et dit a Lancelot, oiant lo roi, que des ores en avant la puet il tenir por soe.” [LP, T. II:

15. Este desafio a Artu por parte de Lancelot, pertencendo este supostamente à corte do rei, poderia levar-nos a pensar que o cavaleiro desrespeitava, assim, os laços que o uniam ao senhor. Contudo, tal será questionável visto que Lancelot recebeu as armas da rainha e não do rei, servindo, deste modo, a figura régia feminina e não a masculina, como se pode verificar ao longo de todo o *corpus* da literatura arturiana. Repare-se que Lancelot não hesita em tomar o partido da rainha em situação alguma, mesmo que isso implique ocupar um lugar de oposição ao rei. Por outro lado, o facto de Lancelot vir a integrar o conjunto de cavaleiros da Távola Redonda, dote da rainha e ao qual o rei tem apenas direito enquanto marido desta, vem precisamente reforçar a ideia de que o laço feudal será com Guenièvre e não com Artu. O mesmo não se pode dizer de Keu, o senescal do rei e o primeiro a sair em defesa da rainha, que, como afirma José Carlos R. Miranda, tem “uma atitude muito grave e séria, porque implica pôr em causa a autoridade do rei e assumir uma posição de directa rebeldia.” [Miranda 2013: 12]

16. «Et por tant que vos en avez parlé [sui je toz apareilliez] que je m’en combete a trois, ou soit a tort ou soit a droiture, car tant sai je bien de bien de jugement que droiture n’apporte mie que uns chevaliera se combete encontre trois, se de son gré nel fait li apelierres. Et je le voil fere de mon gré, por ce que li granz droit que ma dame a soit plus coneuz» [LP, T. III: 252-254]

672] – libertando Guenièvre para prosseguir com a sua relação adúltera com o cavaleiro, ao contrário do que acontece na versão cíclica.

A vitória de Lancelot libertou, assim, Guenièvre da acusação de que era alvo e da desonra, envergonhando a falsa rainha e os cavaleiros de Tamelirde que se mantiveram fiéis à sua senhora; contudo, Artu continua sem reconhecer Guenièvre como a verdadeira rainha do reino de Logres e sua legítima esposa.

Já em Sorelois, a rainha reforça a ideia de que a sua relação com Lancelot é digna de condenação. Após a experiência que a fez pensar estar a ser castigada pelo seu pecado, Guenièvre, estando agora a salvo da morte, pretende mudar o rumo da sua relação com o cavaleiro de modo a evitar futuros castigos e informa-o de que, apesar de todas as razões que estiveram na origem desta relação, “Nostre Sires ne regarde mie a la cortoisie del monde, car c[il] qui est buens au monde est maus a Deu” [LP, T. II: 296]. A rainha manifesta, assim, um primeiro desejo de remissão, ao dizer a Lancelot que apenas deve esperar dela alguns gestos que não levantem suspeitas e anulem a intimidade excessiva entre os dois, abstendo-se, por conseguinte, da consumação dos desejos que possam sentir. Contudo, a rainha afirma ainda que este recuo aparente não significa mudança de sentimentos – “[...] et ne dotés pas de moi que se je vos voloie genchir, ne le me porroit soffrir li cuers” [LP, T. II: 296] –, corroborando, assim, a ideia de que a infração não consiste em mostrar o seu agrado ao cavaleiro, mas apenas no consentimento do adultério. Todavia, recorde-se que na versão não cíclica [ms. 768 BNF], a rainha não mostra arrependimento em ponto algum da narrativa, afirmando pertencer ao cavaleiro como forma de gratidão e obtendo a aprovação de Artu. Deparamo-nos, antes, com o elogio da conduta cavaleiresca¹⁷, que auxilia incondicionalmente a realeza e que serve, neste caso, a rainha.

A partir deste momento, o desenvolvimento da narrativa eleva a rainha para um patamar diferente, visto que teremos primeiramente a intervenção de um representante de Deus na terra e posteriormente parece que Deus resolve intervir sozinho em socorro da verdadeira rainha. Ao tomar conhecimento do sucedido, o Papa de Roma fica indignado com o facto de tudo se ter passado sem o conhecimento e consentimento da Igreja. Deste modo, e porque entende que nada tem validade sem a autorização da Santa Igreja, o Papa ordena a excomunhão do reino se o rei não retomar Guenièvre como esposa e aguardar que este se pronuncie sobre a nulidade do casamento. Assim, Artu apenas poderia repudiar Guenièvre e fazer da dame de Tamelirde rainha com autorização papal.

No entanto, e porque se encontrava sob os encantos da falsa rainha, Artu não ousa alterar a situação entretanto estabelecida – “Et elle avoit si conroié le roi par poisons et par charrés qu’il n’osoit riens contredire qui li pleust” [LP, T. II: 298]. Dada a ineficiência do aviso papal, parece surgir a necessidade de intervenção divina direta, representada na doença súbita, inexplicável e incurável da falsa rainha e do seu fiel cavaleiro, Bertelac li Vealz, logo seguidos de Artu, embora este último com menor gravidade. Recorde-se que esta é uma das diferenças entre a versão cíclica, sobre a qual nos debruçamos detalhadamente aqui, e a versão não-cíclica. Nesta última, não há lugar para a intervenção divina, pois os traidores não sofrem qualquer doença que os faça confessar. Aliás, nessa versão da “Fausse Guenièvre”, a vitória de Lancelot sobre os três cavaleiros afirma-se como suficiente para provar a inocência da rainha e garantir o seu retorno ao trono, o que leva, conseqüentemente, ao julgamento e punição dos traidores com a pena de morte.

17. Acerca destas divergências em termos de ideologia, ver Miranda [2012: 307].

O momento crítico em que se encontram leva-os a revelar a verdade e a procurar a confissão, sendo o rei o primeiro a manifestar preocupação com a salvação da sua alma. Assim, entra em cena Amustan, o clérigo que fora capelão de Artu durante sete anos e que acompanhara Guenièvre desde a infância. Amustan oferece-se para ajudar Artu a desvendar a verdade, dado conhecer a verdadeira Guenièvre melhor do que ninguém, aconselhando o rei a seguir os conselhos da Santa Igreja para que consiga salvar a sua alma.

Tendo a dame de Tamerlide e Bertelac li Vealz confessado o seu crime na presença de todos os cavaleiros, Gauvain envia a notícia a Guenièvre, que a recebe com alegria, como se esperaria de uma rainha com tantas qualidades. Após a morte da dame de Tamelirde, Artu entende que Guenièvre deverá recuperar o seu lugar como rainha e sua legítima esposa, o que esta se apressa a fazer após tomar conselho com Galehot e Lancelot.

Voltamos a encontrar situação semelhante à agora comentada na *Mort Artu* que culmina a *Demanda do Santo Graal* ibérica¹⁸. Após tomarem conhecimento da relação ilícita de Guenièvre e Lançarot, os sobrinhos de Artur acabam por revelar a verdade ao tio. Apenas Galvão se irá opor a tal revelação por reconhecer as qualidades do cavaleiro que serve a rainha. Perante o cenário que lhe é apresentado, o rei acede a que se prepare uma armadilha para que os amantes possam ser apanhados em flagrante, o que de facto acontece. Lançarot salva-se pela sua mestria no uso das armas, mas a mesma sorte não tem Guenièvre. É, no entanto, curioso notar que a rainha se considera a salvo se o cavaleiro não for feito prisioneiro, pelo que se recusa a acompanhá-lo aquando da fuga, pois teme atrasá-lo.

Guenièvre acaba, assim, por ser presa e humilhada, pois “em lugar de tam alto homem como rei Artur meteu outro cavaleiro” [Nunes 2005: 468]. A ausência de voz da mulher que vimos nos dois momentos da narrativa anteriormente narrados repete-se também aqui. Após o momento da revelação, a rainha não intervém, não se defende, pois não teria defesa possível dadas as circunstâncias que levaram à revelação final da sua traição. Mesmo quando sabemos da sua presença, o seu silêncio indicia um mundo governado por homens, onde a figura da rainha parece submeter-se inteiramente à vontade destes¹⁹, dependendo apenas do seu cavaleiro para sobreviver.

As qualidades cavaleirescas de Lancelot permitem-lhe escapar ileso, pelo que, aquando da condenação da rainha que dita que esta “deve seer queimada” [Nunes 2005: 469], o cavaleiro vem em seu auxílio, lutando contra os cavaleiros que servem o rei Artur e resgatando-a da morte certa. Reconhecendo ainda o direito divino de Guenièvre ao trono, e tal como vimos no episódio da “Fausse Guenièvre”, apenas após a intervenção dos elementos representativos desse direito, neste caso, o “arcibispo de Conturbel”, que excomungou todo o reino de Logres “porque el-rei nom queria tornar a sa molher” [Nunes 2005: 482], a rainha regressa ao trono, elemento este também já presente na “Fausse Guenièvre”.

Ora, tal como afirmamos anteriormente, ao contrário do que acontece com a mulher adúltera do episódio que começámos por comentar, a rainha acaba por ser salva pelo cavaleiro e não se concretiza, assim, a sua condenação. Isto leva-nos de imediato a questionar que função teria o

18. Nunes [2005: 461].

19. Atentando no quadro sócio funcional do romance, facilmente poderemos usar as palavras de Georges Duby acerca da sociedade do XII para descrevê-lo: “Trata-se de um jogo de homens. Quem conduz o jogo é o próprio senhor, que finge entregar a esposa, mas que se serve dela como isco. A competição de que ela é fulcro permite-lhe segurar pela rédea o grupo de jovens que fazem a glória da sua casa. [...] A cortesia, ainda mais do que o casamento, faz da mulher nobre um objecto.” [Duby 1998: 237]. Do mesmo modo, Guenièvre serve de isco para manter o melhor cavaleiro, Lancelot, na corte, mas, apesar de a rainha ser um elemento imprescindível à intriga, o mundo arturiano é indiscutivelmente governado por homens. Ver ainda Marchelo-Nizia [1981].

autor reservado para o mencionado episódio do cavaleiro adúltero. Como podemos enquadrar a condenação ou despromoção social da mulher, que nos parece evidente no referido episódio, tendo em conta que, mais adiante, a rainha Guenièvre não chega a pagar com a vida pelos seus pecados? O que é efetivamente condenado nesse episódio? O que torna o enredo que nele encontramos representado diferente do que veremos adiante nas figuras de Artur, Guenièvre e Lancelot? Estas são apenas algumas das questões que poderemos colocar quando nos depararmos com o episódio em foco.

Após uma segunda leitura, parece-nos que esse episódio é, de facto, mais do que uma mera representação do valor cavaleiresco de Lancelot. As temáticas que aborda, nomeadamente o tema da condenação do adultério e a relação entre o cavaleiro e o senhor, são presença constante ao longo de todo o ciclo, sendo também os motivos que determinam a fragilidade do equilíbrio do reino de Logres. Dado ainda que o episódio não apresenta qualquer diferença, quer se trate do texto da versão cíclica ou da não cíclica, ousamos considerar que a condenação que vemos neste episódio não é simplesmente a da relação ilícita entre a mulher do senhor e o cavaleiro. Na verdade, se a condenação assenta apenas no adultério, por que razão Lancelot, o cavaleiro da linhagem escolhida, salvaria o culpado?

Parece-nos, por comparação com os outros episódios, que o que está a ser efetivamente condenado é a relação da mulher do senhor sem qualquer proveito para a casa deste, visto que, neste caso, se trata de um cavaleiro incapaz de se salvar a si mesmo, isto é, que não é digno de reconhecimento e que não traz mérito à corte. Assim se entende que a mulher apareça já sem vida e, portanto, sem direito a defesa. No entanto, e porque a cavalaria aparece aqui numa posição de quase superioridade relativamente ao poder senhorial, o cavaleiro é salvo.

Já Guenièvre, ao manter a relação adúltera com o melhor cavaleiro do mundo, assegura a sua vida. Deste modo, se por um lado, aos olhos da Igreja, é uma relação assente no pecado, dado que desrespeita os laços sagrados do casamento, um conceito relativamente recente e evidente apenas na versão cíclica, por outro, do ponto de vista social, é também uma relação que se pode definir como de conveniência. Na verdade, enquanto agente desta relação, a rainha nunca faz nada que prejudique o rei ou o reino; muito pelo contrário, Guenièvre garante, assim, que o melhor cavaleiro do mundo permaneça ao serviço da corte do rei Artur, fazendo desta um local de prestígio ao qual todos querem pertencer, e salva diversas vezes a vida do próprio rei, visto que o cavaleiro obedece cegamente às suas ordens. Assim, nesta perspetiva, a rainha nunca traiu ou desrespeitou o rei.

Podemos, assim, concluir que, à semelhança do que se verifica nos restantes episódios, onde se salvaguarda o adultério cometido com o melhor cavaleiro do mundo como forma de garantir a sobrevivência da realeza, o episódio do cavaleiro adúltero concorre para um objetivo maior: sublinhar a importância da cavalaria, visto que o grupo guerreiro assume, por excelência, a função de servir, garantindo a segurança daqueles a quem presta vassalagem. No caso específico do romance arturiano em prosa, a cavalaria é representada, entre outros, por Lancelot, que, ao tornar-se cavaleiro da rainha, garantirá a sobrevivência desta, mesmo quando tudo parece perdido. Assim, podemos afirmar que todo o enredo justifica a elevação da cavalaria a um patamar onde, apesar de prestar vassalagem ao rei, usufrui de uma posição privilegiada. A relação entre o grupo da cavalaria e a realeza parece, deste modo, assentar numa base de co-dependência: se por um lado, o cavaleiro precisa de um senhor a quem servir, por outro lado, o senhor precisa do cavaleiro para a sua defesa e mérito da sua corte. No entanto, o que observamos no romance arturiano é que este laço se manifesta de forma inequivocamente mais sólida quando a figura régia é a rainha; recorde-

se que mesmo quando se trata de apoiar/salvar o rei, o cavaleiro não age voluntariamente, mas sim a pedido desta.

Na verdade, ao condensar em si aspetos fundamentais da problemática social e institucional abordada no romance arturiano da Idade Média, como o adultério e a relação cavalaria-realeza, este episódio afigura-se-nos como um microcosmos textual que reúne em si os elementos estruturais e temáticos da narrativa que serão posteriormente amplificados. Afinal, nele parece estar condensado o projeto ideológico do romance que posiciona os diferentes grupos – cavalaria, senhorio, realeza – e torna clara a sua dinâmica relacional. Considerado a sua localização no romance, isto é, no início do *Lancelot en prose*, é pertinente, então, questionarmo-nos acerca da importância deste episódio para a posterior redação do texto. Terá sido este, de facto, um episódio-chave na construção de toda a ideologia do romance? Ou as temáticas e a própria construção terão sido apenas uma brilhante coincidência? Esta será uma reflexão para outras incursões textuais; fica, no entanto, a certeza de que, apesar da sua brevidade, este episódio é mais do que uma mera representação da valentia cavaleiresca de Lancelot.

BIBLIOGRAFIA

- Aurell, Martin (2007), *La Légende du Roi Arthur*, Paris, Perrin.
- Bloch, Marc (1998), *A Sociedade Feudal*, Lisboa, Edições 70, [1ª edição: 1939].
- Bogdanow, Fanni (1966), *The Romance of the Grail. A Study of the Structure and Genesis of a Thirteenth-Century Arthurian Prose Romance*, Manchester/New York, Manchester University Press / Barnes & Noble Inc.
- Chase, Carol J. (2009), «La fabrication du Cycle du Lancelot-Graal», *Bibliographical Bulletin of the International Arthurian Society*, vol LXI.
- Chênerie, Marie-Luce (1993), *Lancelot du Lac. Roman français du XIIIe siècle. Tome II*, Dir. Michel Zink, Collection Lettres Gothiques, Paris, Le Livre de Poche. [sigla: LP, T. II]
- Correia, Isabel Calvário (2015), *Do Lancelot ao Lançarote de Lago*, Porto, Estratégias Criativas.
- Duby, Georges (1998), “A mulher, o amor e cavaleiro”, in *Amor e Sexualidade no Ocidente*, trad. Ana Paula Faria, 2.ª edição, Lisboa, Terramar [1.ª edição: 1992], pp 225-238.
- Ferlampin-Acher, Christine/ Hüe, Denis (orgs.) (2007), *Lignes et lignages dans la littérature arthurienne*, Presses Universitaires de Rennes.
- Flori, Jean (2001), “O que é a cavalaria?” in *O Tempo dos Cavaleiros*, Trad. Ana Moura, Dir. Mário de Moura, Col. O Homem e a História, Cascais, Pergaminho.
- Kennedy, Elspeth (1980), *Lancelot du Lac: The Non-cyclic Old French Prose Romance*, 2 vols., Oxford, Oxford University Press.
- ____ (1986), *Lancelot and the Grail. A Study of the Prose Lancelot*, Oxford, Clarendon Press.
- ____ (1957), “Social and Political Ideas in the French Prose Lancelot” in *Medium Aevum*, 26, pp. 90-106.
- Laranjinha, Ana Sofia (2010), *Artur, Tristão e o Graal. A Escrita Romanesca no Ciclo do Pseudo-Boron*, Porto, Estratégias Criativas.
- ____ (2011), “Linhagens arturianas na Península Ibérica: o tempo das origens”, in *e-Spania* [En ligne], 11 juin 2011. URL: <http://e-spania.revues.org/20317>; DOI: 10.4000/e-spania.20317.
- Lot, Ferdinand (1954), *Étude sur le Lancelot en prose*, Paris, Librairie Honoré Champion, [reprint da edição de 1918].
- Marchelo-Nizia (1981), “Amour courtois, société masculine et figures du pouvoir”, in *Annales E.S.C.*, 36, pp. 969-982.
- Marx (1965), Jean, *Nouvelles recherches sur la littérature arthurienne*, Paris, Klincksieck.
- Meyer, Kuno (1906), *The Death-Tales of the Ulster Heroes*, Todd Lecture Series, Volume XIV, Royal Irish Academy, Dublin, Hodges, Figgis, & Co., Ltd.
- Micha, Alexandre (1980), *Lancelot. Roman en prose du XIIIe siècle. Tome VIII*, Col. Textes Littéraires Français, Paris-Genève, Librairie Droz.
- Miranda, José C. R. (1998a), *Galaaz e a ideologia da linhagem*, Porto, Granito.
- ____ (1998b), *A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata*, Porto, Granito.
- ____ (2005) Da fin'amors como representação da sociedade aristocrática occitânica” in *Amar de Novo. Participações no Ciclo de Conferências da Associação de Professores de Filosofia “O Amor na Idade Média”*, organizado por M. Santiago de Carvalho & M. das Neves Henriques, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, pp.123-150.
- ____ (2012), “Do Livro de Lancelot aos Ciclos Arturianos”, in *De Cavaleiros e Cavalarias. Por Terras de Europa e Américas*, Lênia Márcia Mongelli [org.], S. Paulo, Humanitas, pp. 305-312.
- ____ (2013), “Lancelot e a recepção do romance arturiano em Portugal”, in *e-Spania* [En ligne], 16 décembre 2013, mis en ligne le 20 décembre 2013, consulté le 28 avril 2016. URL: <http://e-spania.revues.org/22778> ; DOI : 10.4000/e-spania.22778
- ____ / Ailenii, Simona/ Correia, Isabel/ Laranjinha, A. Sofia/Rabaçal, Eduarda (eds.) (2016), *Estória do Santo Graal [Livro Português de José de Arimateia]*, Porto, Estratégias Criativas. [cit. Miranda et al., 2016]

- Mosès, François (2012), *Lancelot du Lac. Roman français du XIIIe siècle*, Dir. Michel Zink, Collection Lettres Gothiques, Paris, Le Livre de Poche [1.ª edição: 1991]. – [sigla: LP, T. I]
- _____ (1998), *Lancelot du Lac III. La Fausse Guenièvre*, Dir. Michel Zink, Collection Lettres Gothiques, Paris, Le Livre de Poche. – [sigla: LP, T. III]
- Nunes, Irene Freire (2005), *A Demanda do Santo Graal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Ponceau, Jean-Paul (ed.) (1997), *L'Estoire del Saint Graal*, 2 vols., Paris, Honoré Champion Éditeur.
- Rabaçal, Eduarda (2013), *Louvor e condenação da rainha Guenièvre no romance arturiano em prosa*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Ed. do Autor.
- Sommer, Oskar (1910), *The Vulgate Version of the Arthurian Romances. Vol. III. Le Livre de Lancelot del Lac Part 1*, Washington, The Carnegie Institute of Washington.
- Wechsler, Eduard (1895), *Ueber die verschiedenen Redaktionen des Robert von Borron zugeschriebenen Graal-Lancelot-Cyklus*, Halle, Max Niemeyer.

Anexo I

[...] et li chevaliers entre son chemin et erra toute la semaine jusc'al samedi après eure de prime. Lors encontra une grant route de gent, si fu en une grant forest espese. Et en chele route avoit assés gent a pié et a cheval, et avoit a la coe de son palefroi atachié un homme par le col a une delie corde. Li hons estoit en chemise et en braies tous descaus, si avoit les iex bendés et les mains liiés deriere le dos; et chou estoit un des plus biax hommes que on peüst trover. Issi l'en menoit li grans chevaliers, et si li avoit au col pendu une teste de feme par les treches. Li Blans Chevaliers voit chelui qui moult est de grant biauté, si l'areste et li demande qui il est.

«Sire, fait il, uns chevaliers madame [la roïne] sui, si me heient ceste gent et me maintent a ma mort issi honteusement comme vous veés, car il ne m'osent ochire s'en repost non.»

Et li Blans Chevaliers li demande de par la quele roïne il se reclaime. Et il dist de para chele de Bertaigne.

Lors dist li Blans Chevaliers:

«Chertes, l'en ne deüst mener si honteusement chevalier com vous le menés.»

«Si doit, fait li grans chevaliers qui le traine, puis qu'il est traites et desloiaus, car puis a il chevalerie renoié.»

«Et chestui, fait li Blans Chevaliers, por coi le trainés vous issi? Que vous a il forfait?»

«Il m'a tanta forfait que je l'ai repris de traïson, si en ferai justice selonc che qu'il a forfait.»

Et li Blans Chevaliers li dist:

«Biaus sire, il n'affiert mie a chevalier qu'il destruië ensi un chevalier par soi, mais s'il est vostre traïtres, si l'en esprovés bien et en une cort. Et lors en porés avoir vengeance a vostre honor.»

«Je ne li ferai já esprover, fait il, en autre aort que en la moie, car je l'ai tout ataint.»

«Et de quoi?» fait li Blans Chevaliers.

«De ma feme, fait il, dont il me hounisoit. Et encore en a il la teste pendue au col atout les treches.»

Et li chevalier, qui estoit liés, respont et jure moult durement que onques a nul jor nel pensa que il sa honte li porcachast.

«Há ! sire, fait li Blans Chevalier, puis qu'il noie le forfait si durement, vous n'avés droit en li destruire. Et je vous lo que por Dieu et por vostre honor le laisiés aler atant, et por moi qui onques mais ne vous priaï de rien. Et s'il vous a de rien forfait, si en querés la justice issi com je vous ai dit.»

Et chil dit et jure que já en avant n'en ira querre justice, puis qu'il le tient.

«Par foi, fait li Blans Chevaliers, vous mesferés trop de li desfaire, puis qu'il est chevaliers madame la roine.»

Et li dist que por la roine n'en laira il nient qu'il ne l'ochie.

«Non? Fait li Blans Chavelier; or sachiés qu'il ne moura mais hui par vous, car je le preng envers tous cheus que je voi chi a conduire [et] a garantir.»

Atant li ront les bendes d'entor les iex et ront la corde dont il estoit liés par le col. Et les gens au grant chevalier saillent as ars et as saietes et font samblant que il le voellent ochire. Et il dist al grant chevalier:

«Biax sire, traiés vos gens arriere, car s'il fierent ne moi ne mon cheval, je vous ochirai tous premiers, et euls après.»

Et cil estoient desarmé le plus d'aus. Lors a li chevaliers lachié son hiaum[e] et armé ses mains et prinst son glaive et son escu. Et de tex i ot qui a lui traient, non mie por lui ochire, mais por lor signor qui lor commandoit. Et il failloient a li tout de gré, car moult lor pesoit de la mort au chevalier. Et il s'aperchoit bien qu'il n'ont talento de li ochire, si ne lor vaut faire nul mal. Et il laise coure au signor d'els, qui lor comande a traire, sel fiert de l'arestuel del glaive enmi le ventre si durement qu'il le porte a terre tout estendu, et par un poi qu'il ne l'a tout debrisié. Et lors s'en fuient tout li autre. Et il a prins le cheval don't il a chelui abatu, si le maine au chevalier qu'il avoit desliié [...]

[LP, T. I: 596-600]